



PARA UMA EXPLICAÇÃO DE PORTUGAL

PARA UMA EXPLICAÇÃO DE PORTUGAL

II

ANTERO DE QUENTAL

Tendo em conta o assunto que nos propomos tratar, parece-nos não haver a mínima dúvida de que a conferência sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos* (¹), proferida na noite de 27 de Maio de 1871, na sala do Casino Lisbonense, é o texto chave. É aquele em que encontramos os pontos fulcrais daquilo a que poderemos chamar «a explicação de Portugal» de Antero de Quental, ainda que outros textos nos possam trazer contribuições sobre alguns pontos de detalhe.

1. *As Causas da Decadência. Antero e Herculano.*

Antero, no 29.º ano da sua existência, começa por se perguntar as razões que levaram a Península, depois de desempenhar um papel tão importante durante a Idade Média e o primeiro período do Renascimento, à situação de «abatimento e insignificância» económica, social e cultural dos séculos XVII, XVIII e XIX:

«Meus Senhores: a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, a importância e a originalidade do papel que desempenhámos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade» (²).

Quais as causas da decadência?

Vejamos o texto que melhor sintetiza o seu pensamento:

«Quais as causas dessa decadência, tão visível, tão universal, e geralmente tão pouco explicada? Examinemos os fenómenos, que se

(¹) *Conferências Democráticas — Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*. Discurso pronunciado na noite de 27 de Maio, na sala do Casino Lisbonense, por Antero de Quental, Porto, na tip. Comercial, 1871, in-8.º, de 48 páginas, sendo uma de advertência.

(²) *Prosas*, Volume II, Lisboa, s/d, p. 92.

deram na Península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aparecem os germens, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro carácter. Se esses fenómenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da actividade nacional, desde a religião até à indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos — estarei autorizado (...) a concluir que é nesses novos fenómenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da Península. — Ora esses fenómenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro económico. O primeiro é a transformação do *Catolicismo*, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo*, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das *Conquistas* longínquas. Estes fenómenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, a *pensamento*, a *política* e o *trabalho*, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova; bastava considerarmos um facto contemporâneo muito simples: esses três fenómenos eram exactamente o oposto dos três factos capitais, que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três factos civilizadores foram a *liberdade moral*, conquistada pela Reforma e pela Filosofia; a elevação da *classe média*, instrumento de progresso nas sociedades modernas, e directora dos reis, até ao dia em que os destronou; a *indústria*, finalmente, verdadeiro fundamento do mundo actual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista»⁽³⁾.

Para Antero existiram portanto três fenómenos capitais: um de ordem moral, outro de ordem política, e um terceiro de ordem económica.

O primeiro foi a transformação do *Catolicismo* pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do *Absolutismo* em consequência da ruína das liberdades locais. O terceiro foi a escalada das *Conquistas* longínquas.

Ora, talvez de maneira mais inconsciente do que consciente, «... Antero acusa a dedada do historiador (Herculano) pelo menos desde as *Causas da decadência dos Povos Peninsulares...*»⁽⁴⁾.

Antero fala-nos da transformação do *Catolicismo* pelo Concílio de Trento. Herculano escreveu a *História da Origem e Estabelecimento da*

⁽³⁾ Ibid., pp. 107-108-109.

⁽⁴⁾ Joel Serrão, *Presença de Herculano*, in *Seara Nova*, n.º 1194-1195, Lisboa, 25 de Novembro e 2 de Dezembro de 1950.

Inquisição em Portugal ⁽⁵⁾, depois de ter escrito o *Eu e o Clero* ⁽⁶⁾, as *Considerações Pacíficas* ⁽⁷⁾, as *Solemnia Verba* ⁽⁸⁾ ...

Antero fala-nos do estabelecimento do *Absolutismo* pela ruína das liberdades locais. Herculano fala-nos do municipalismo, grande base da diversidade da vida da Nação, a «diversidade» medieval que se opunha à «unidade» renascentista. Pensamos aqui, sobretudo, nas *Cartas sobre a História de Portugal* ⁽⁹⁾, não esquecendo os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes* ⁽¹⁰⁾, as *Cogitações soltas de um homem obscuro* ⁽¹¹⁾.

Finalmente, Antero fala-nos das *Conquistas* longínquas. Herculano tinha escrito nas *Cartas sobre a História de Portugal* ⁽¹²⁾: «Nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércios estabelecidos pelo privilégio da espada, nem o luxo e magestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social.»

Antero aprendeu muito com a obra do nosso primeiro e grande historiador ⁽¹³⁾. Relacionadas com estes três pontos-chave, encontramos muitas considerações, mesmo noutros textos de Antero, que provêm conscientemente ou não da obra de Alexandre Herculano.

Assim, ainda nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...*:

«Na Idade Média a Península, livre de estranhas influências, brilha na plenitude de seu génio, das suas qualidades naturais. O instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial. Dentro de cada uma dessas divisões, as Comunas, os Forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestam e firmam com um sem número de instituições, o espírito independente e autonómico das populações. E esse espírito não só é independente: é, quanto a época o comportava, singularmente democrático. Entre todos os povos da Europa central e ocidental, somente os da Península

⁽⁵⁾ 3 Vols., 9.ª ed.

⁽⁶⁾ *Opúsculos*, Vol. III, 4.ª ed.

⁽⁷⁾ *Ibid.*

⁽⁸⁾ *Ibid.*

⁽⁹⁾ *Ibid.*, Vol. V, 4.ª ed.

⁽¹⁰⁾ *Ibid.*, Vol. VI, 2.ª ed.

⁽¹¹⁾ *Ibid.*

⁽¹²⁾ *Ibid.*, Vol V, 4.ª ed., p. 140

⁽¹³⁾ Ver o nosso livro: *Da História-Crónica à História-Ciência*, Coleção Horizonte, Livros Horizonte, Lisboa, 1972, especialmente pp. 124-126; 2.ª ed., 1976, pp. 107-109. — Antero chama a Fernão Lopes «pai da nossa história», nos *Esboços Biográficos — O Infante D. Henrique*, in *Prosas*, Vol. I, p. 52, Coimbra, 1923. Ver o nosso livro acima indicado, 1.ª ed., pp. 90-91, 2.ª ed., pp. 78-79. Ver ainda e sobretudo: Maria Lúcia Perrone de Faro Passos, *O Herói na «Crónica de D. João I», de Fernão Lopes*, ed. Prelo, Lisboa, 1974

escaparam ao jugo de ferro do feudalismo. O espectro torvo do castelo feudal não assombrava os nossos vales, não se inclinava como uma ameaça, sobre as margens dos nossos rios, não entristecia os nossos horizontes com o seu perfil duro e sinistro» (14).

«Entre todos os povos da Europa central e ocidental, somente os da Península escaparam ao jugo de ferro do feudalismo.» Não nos esqueçamos de que Herculano escreveu os *Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e dos Foraes* (15), e sobretudo *Da Existência ou Não-Existência de Feudalismo nos reinos de Leão, Castela e Portugal* (16).

Algumas páginas mais, e Antero escreve:

«E que tristíssimo quadro o da nosse política interior! As liberdades municipais, à iniciativa local das Comunas, aos Forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede a centralização, uniforme e esterilizadora. A realeza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o património providencial dos reis. O pior é que os povos acostumam-se a crê-lo também! Aquele espírito de independência... da Idade Média, adormece e morre no seio popular. O povo emudece; negam-lhe a palavra, fechando-lhe as Cortes; não o consultam, nem se conta já com ele. Com quem se conta é com a aristocracia palaciana, com uma nobreza cortezã, que cada vez se separa mais do povo pelos interesses e pelos sentimentos, e que, de classe, tende a transformar-se em casta. Essa aristocracia, como um embaraço na circulação do corpo social, impede a elevação natural de um elemento novo, elemento essencialmente moderno, a classe média, e contraria assim todos os progressos ligados a essa elevação. Por isso decai também a vida económica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comércio, deperecem uma por uma as indústrias nacionais; a riqueza, uma riqueza faustosa e estéril, concentra-se em alguns pontos excepcionais, em quanto a miséria se alarga pelo resto do País: a população dezimada pela guerra, pela emigração, pela miséria, diminui de uma maneira assustadora. Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre!» (17).

Herculano tinha escrito nas *Cartas sobre a História de Portugal*:

«O elemento monárquico foi gradualmente anulando os elementos aristocrático e democrático, ou, para falar com mais propriedade, os

(14) *Prosas*, Vol. II, pp. 95-96.

(15) *Opúsculos*, Vol. VI, 2.ª ed.

(16) *Ibid.*

(17) *Prosas*, Vol. II, pp. 102-103-104.

elementos feudal e municipal, anulando-os não como existências sociais, mas como forças políticas» até «que o princípio monárquico se torna a única força política, que a unidade absoluta se caracteriza rigorosamente e, sem aniquilar as classes sociais, as dobra, subjugua e priva da acção pública. Servas, elas se corrompem rapidamente; a gangrena eiva por fim o próprio trono; e, em menos de um século, a nação portuguesa desaparece debaixo das ruínas da sua nacionalidade e independência»⁽¹⁶⁾.

Ainda nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...* encontramos o elogio da nossa Idade Média, a fazer-nos lembrar Herculano:

«Uma coisa que impressiona quem estuda os primeiros séculos da monarquia portuguesa é o carácter essencialmente agrícola dessa sociedade. Os cognomes dos reis, o *Povoador*, o *Lavrador*, já por si são altamente significativos. No meio das guerras, e apesar da imperfeição das instituições, a população crescia, e a abundância generalizava-se. A arborização do País desenvolvia-se, a charneca recuava diante do trabalho. As armadas, que mais tarde dominaram os mares, saíram das matas semeadas por D. Diniz. No reinado de D. Fernando era Portugal um dos países que mais exportavam. A Castela, a Galiza, a Flandres, a Alemanha forneciam-se quase exclusivamente de azeite português; a nossa prosperidade agrícola era suficiente para abastecer tão vastos mercados. O comércio dos cereais era considerável. No século XV vinham navios venezianos a Lisboa e aos portos do Algarve, trazendo as mercadorias do Oriente, e levando em troca cereais, peixe salgado e frutas secas, que espalhavam depois pela Dalmácia e por toda a Itália. Sustentávamos também um activo comércio com a Inglaterra. As classes populares desenvolviam-se pela abundância e o trabalho, a população crescia. No tempo de D. João II chegara a população a muito perto de três milhões de habitantes... Basta comparar este algarismo com o da população em 1640, que escassamente excedia um milhão, para se conhecer que uma grande decadência se operou durante este intervalo! — Dera-se, com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições económicas da sociedade portuguesa, revolução sobretudo devida ao estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor, deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. Atraída pelas riquezas acumuladas nos grades centros,

(16) *Opúsculos*, Vol. V, 4.^a ed., pp. 132-133.

a população rural aflui para ali, abandona os campos, e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício» (19).

Finalmente, nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...*, três linhas em que Antero, tal como Herculano, opõe à *monarquia centralizada*, o municipalismo, a *vida municipal*:

«Oponhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades

(19) *Prosas*, Vol. II, pp. 129-130. — Outros textos poderemos citar, ainda das *Causas da decadência dos povos peninsulares...*, em que de uma maneira mais longínqua ou mais próxima, mais consciente ou menos consciente, «a explicação de Portugal de Antero descola da explicação de Portugal de Herculano. — Vejamos alguns passos mais das *Causas da decadência...*: «O cristianismo é sobretudo um sentimento; o catolicismo é sobretudo uma instituição. Um vive da fé e da inspiração; o outro do dogma e da disciplina. Toda a história religiosa, até ao meado do século XVI, não é mais do que a transformação do sentimento cristão na instituição católica. A Idade Média é o período da transição: há ainda um, e o outro aparece já. Equilibram-se. A unidade vê-se, faz-se sentir, mas não chega ainda a sufocar a vida local e autonómica» (Ibid., p. 110). — «Sim, meus senhores! Essa máquina temerosa de compressão, que foi o catolicismo depois do concílio de Trento, que podia ela oferecer aos povos? A intolerância, o embrutecimento e depois a morte!» (Ibid., p. 117). — «...O catolicismo dos últimos três séculos, pelo seu princípio, pela sua disciplina, pela sua política, tem sido no mundo o maior inimigo das nações, e verdadeiramente o túbulo das nacionalidades» (Ibid., p. 120). — «E a nós, espanhóis e portugueses, como foi que o catolicismo nos anulou? O catolicismo pesou sobre nós por todos os lados, com todo o seu peso. Com a Inquisição, um terror invisível paira sobre a sociedade; a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário; a delação é uma virtude religiosa; a expulsão dos Judeus e Mouros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura em todo o Sul da Espanha; a perseguição dos *crístãos-novos* faz desaparecer os capitais; a Inquisição passa os mares, e, tornando-nos hostis os índios, impedindo a fusão dos conquistadores e dos conquistados, torna impossível o estabelecimento de uma colonização sólida e duradoira; na América despovoa as Antilhas, apavora as populações indígenas, e faz do nome de cristão um símbolo de morte; o terror religioso, finalmente, corrompe o carácter nacional, e faz de duas nações generosas, hordas de fanáticos endurecidos, o horror da civilização» (Ibid., pp. 120-121). — «...o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis; realizou-o nas famosas Missões do Paraguay; o Paraguay foi o reino dos céus da Companhia de Jesus; perfeita ordem, perfeita devoção; uma coisa só faltava, a alma, isto é, a dignidade e a vontade, o que distingue o homem da animalidade! Eram estes os benefícios que levávamos às raças selvagens da América pelas mãos civilizadoras dos padres da Companhia! Por isso o génio livre popular decaiu, adormeceu por toda a parte: na arte, na literatura, na religião» (Ibid., p. 121). — «D. Sebastião, o discípulo dos jesuítas, vai morrer nos areais de África *pela fé católica*, não pela nação portuguesa. Carlos V, Filipe II, põem o mundo a ferro e fogo, porque? Pelos interesses espanhóis. Pela grandeza de Espanha? Não: pela grandeza e pelos interesses de Roma!» (Ibid., p. 123) — «Era essa a política nacional desses reis famosos: eu chamo a isto simplesmente trair as nações. — Tal é uma das causas, senão a principal, da decadência dos povos peninsulares. Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes...» (Ibid., p. 123). — «... há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento» (Ibid., pp. 123-124). — «Esta causa actuou principalmente sobre a vida moral; a segunda, o Absolutismo, apesar de se reflectir no estado dos espíritos, actuou principalmente na vida política e social. A história da transformação das monarquias peninsulares é longa, e, para a minha pouca ciência, obscura e até certo ponto desconhecida; não a poderia eu fazer aqui. Basta dizer que o carácter dessas monarquias durante a Idade

Média contrasta singularmente com o que lhes encontramos no século XVI e nos seguintes. Os reis então não eram absolutos; e não o eram, porque a vida política local, forte e viva, não só não lhes deixa um grande círculo de acção, mas ainda, dentro desse mesmo círculo, lhes opunha à expansão da autoridade embaraços e uma contínua vigilância. Os privilégios na nobreza e do clero, por um lado, e pelo outro, as instituições populares, os municípios, as comunas, equilibravam com mais ou menos oscilações o peso da coroa. Para as questões sumas, para os momentos de crise, lá estavam as Cortes, aonde todas as classes sociais tinham representantes e voto. A liberdade era então o estado normal da Península. — No século XVI, tudo isto mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais» (Ibid., p. 124) — «A cabeça de Padilla (D. Juan de Padilla — chefe dos *comuneros*, de Toledo) rolou, e com ele, decapitada também, caiu a antiga liberdade municipal. A centralização monárquica, pesada, uniforme, caiu sobre a Península como a pedra de um túmulo. A respiração de milhares de homens suspendeu-se, para se concentrar toda no peito de um homem excepcional, de quem o acaso do nascimento fazia um deus. Se, ao menos, esse Deus fosse propício, bom, providencial! Mas a centralização do absolutismo, prostrando o povo, corrompia ao mesmo tempo o rei D. João III, esse *fanático de ruim condição*, Filipe II, o *demónio do Meio-Dia*, inquisidor e verdugo das nações, Filipe III, Carlos IV, João V, Afonso VI, devassos uns, outros desordeiros, outros ignorantes e vis, são bons exemplos da realeza absoluta, infatuada até ao vício, até ao crime, do orgulho do próprio poder, possessa daquela *loucura cesariana*, com que a natureza faz expiar aos déspotas e desigualdade monstruosa, que os põe como que fora da humanidade. A tais homens, sem garantias, sem inspecção, confiaram as nações cegamente os seus destinos» (Ibid., pp. 125-126). — «Outras monarquias, a francesa por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelos frutos muito de populares. A *burguesia*, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um carácter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabemos-las nós todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra; criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca: a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da *burguesia*, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Sem ela o que podíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje a não compreende, nem sabe fazer uso dela. As revoluções podem chamar: por ele, sacudi-lo com força: continua dormindo sempre o seu sono secular!» (Ibid., pp. 126-127) — «A estas influências deletérias, a estas duas causas principais de decadência, uma moral e outra política junta-se uma terceira, de carácter sobretudo económico: as Conquistas. Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias, atacá-las quasi um sacrilégio. E todavia esse brilhante poema em acção foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, em que peze aos nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional. Tanto mais que um erro económico não é necessariamente uma vergonha nacional. No ponto de vista heróico, quem pode negá-lo? Foi esse movimento das conquistas espanholas e portuguesas um relâmpago brilhante, e por certos lados sublime, da alma intrepida peninsular» (Ibid., pp. 127-128). — «A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heróica da epopeia: é a Economia Política (...). Ora é à luz da Economia Política que eu condeno as Conquistas e o espírito guerreiro. Quizemos refazer os tempos heróicos na idade moderna: enganámos-nos: não era possível; caímos. Qual é, com efeito, o espírito da Idade Moderna? É o espírito de *trabalho* e de *indústria*: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da actividade produtora, e não já da guerra esterilizadora» (Ibid., p. 128).

soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático»⁽²⁰⁾.

Para terminar estas linhas sobre a influência de Herculano em Antero, vejamos três textos, dois deles de Antero sobre Herculano, e um de Herculano sobre Antero.

Em 1865, escrevia Antero:

«A história para ele (Herculano) não era uma curiosidade de antiquário: é uma lição dada ao presente por um filósofo cujo carácter está à altura das mais fortes e nobres épocas do passado»⁽²¹⁾.

O mesmo Antero escrevia, em 1884:

«Mais, outre que Herculano ne s'est jamais occupé que de l'histoire antérieure à 1580 (qu'on peut considérer comme l'histoire d'une autre nation) il était trop dogmtique dans ses vues et trop raide et guindé dans son style, pour qu'on puisse trouver dans ses livres la vie et la philosophie, c'est-à-dire l'âme et la forme de l'histoire»⁽²²⁾.

Finalmente o conhecido e célebre texto de Herculano da carta a José Fontana, a quando da supressão, proibição, das Conferências do Casino, em 1871:

«Pede-se V. S.^a (José Fontana) que leia o discurso e lhe dê a minha opinião sobre o seu conteúdo e sobre o procedimento da autoridade. Nesta vida positiva que hoje vivo, pouco é o tempo que me sobeja para a leitura, nem, a falar verdade, o espírito se inclina muito para esse lado. Depois, as suas perguntas referem-se a assuntos graves, e até abstrusos, que, porventura, não cabem na capacidade da minha inteligência. Acresce que geram em mim tristeza as nossas questões públicas e, com o egoísmo de velho, fujo de pensar nelas. Apesar, porém, de tudo isso, forcejarei por fazer uma excepção a favor deste discurso, por certa simpatia que sinto pelo autor, não obstante a profunda divergência que há entre as nossas opiniões. É, talvez, porque no seu carácter me parece descobrir uma destas índoles nobremente austeras que cada vez se vão tornando mais raras (...). Quanto à proibição das conferências, que quer que lhe diga? É pior que uma ilegalidade, porque é um despropósito; e, na arte de governar, os despropósitos

⁽²⁰⁾ *Ibid.*, pp. 138-139.

⁽²¹⁾ *Prosas*, Vol. I, Coimbra, 1923, pp. 373-374.

⁽²²⁾ *Le Portugal Contemporain — Oliveira Martins* (Publicado in *Revue Universelle et Internationale*, Paris, 1884. Reproduzido no opúsculo intitulado *Oliveira Martins*, Lisboa, 1894), in *Prosas*, Vol. III, Lisboa, 1946, p. 10.

são às vezes piores que os atentados. O que seria escutado e em grande parte esquecido por cem ou duzentos ouvintes, será agora lido e meditado por milhares, talvez, de leitores. Diz-me que se tomou por pretexto da supressão das conferências o desagravo da religião ofendida. Erro deplorável. Ideia perseguida, ideia propagada: lei perpétua do mundo moral, perpetuamente esquecida pelo poder»⁽²¹⁾.

2. Conquistas ou Descobrimentos?

Como vimos, a terceira causa da decadência, segundo Antero, foram as *conquistas longínquas*.

Lembramos que Herculano, em texto já atrás citado, das *Cartas sobre a História de Portugal*, escreve: «Nem descobrimentos, nem conquistas, nem comércio estabelecidos pelo privilégio da espada, nem o luxo e magestade de um império imenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social».

Herculano fala em *descobrimentos* e *conquistas*. Antero fala em *conquistas longínquas*⁽²²⁾, ou pura e simplesmente em *conquistas*⁽²³⁾. Ora estas expressões, o emprego destas palavras, mostra-nos que a distinção entre uma expansão «de conquistadores» e uma expansão «de descobridores» não entrava ainda, pelo menos de uma maneira clara, na problemática de Herculano, e muito menos na de Antero. É que aquilo a que chamamos comumente, familiarmente, a *História Geral dos Descobrimentos Marítimos Portugueses* nasceu ontem, mas não ante ontem. É obra de historiadores e ensaístas contemporâneos, como Jaime Cortesão, António Sérgio, Duarte Leite, Armando Cortesão, Veiga Simões, Vitorino Magalhães Godinho, e outros ainda... E mais: a distinção entre uma *expansão pacífica e comercial* e uma *expansão pela conquista* era assunto que esperava ainda o seu historiador. Historiador que veio a ser um brasileiro, e talvez não inteiramente por acaso: Sérgio Buarque de Hollanda, na grande obra da sua juventude, *Raízes do Brasil*⁽²⁴⁾.

⁽²¹⁾ *A Supressão das Conferências do Casino* (1371) a J. F., in *Opúsculos*, Vol. 1, 6.ª ed., pp. 251-253.

⁽²²⁾ Antero emprega uma vez esta expressão, nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...*, in *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d., pp. 107-108-109.

⁽²³⁾ Antero emprega a palavra *conquistas*, no texto acima citado, mais 8 vezes (pp. 128-129-133-134-135). Ainda no Vol. II das *Prosas*, na *Resposta aos jornais católicos*, emprega 4 vezes a palavra *conquistas*. Pode ver-se ainda a palavra *conquistas* nas *Prosas Dispersas*, ed organizada por Ruy Belo, Edições Presença, Lisboa, 1946 — *Os Lusíadas — Ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação à sociedade portuguesa e ao movimento da Renascença*: 2 empregos (pp. 158-159). — Entretanto, por uma vez, Antero quase segue Herculano, quando escreve: «A nacionalidade rompe com impulso irresistível os seus limites tradicionais, transborda fremente como um rio caudaloso, e afirma-se na sua plenitude pelas descobertas e pelas conquistas», «*Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa (A propósito de alguns livros recentes)*», in *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d., pp. 228-229. As *descobertas* e as *conquistas* fazem lembrar os *descobrimentos* e *conquistas* de Alexandre Herculano... Afóra o galicismo *descobertas*, a expressão é a mesma.

⁽²⁴⁾ Rio de Janeiro, 1936 (5.ª ed., Revista, Rio de Janeiro, 1970).

Neste luminoso ensaio, são bem expressivas da tese defendida pelo autor as seguintes palavras: «Comparada à colonização espanhola, a obra dos Portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu carácter de exploração comercial — repetindo assim o exemplo da colonização da Antiguidade, sobretudo da fenícia e da grega; os Espanhóis, ao revés, querem fazer do país conquistado um prolongamento orgânico do seu»⁽²⁷⁾. Algumas páginas mais, e Sérgio Buarque de Hollanda, ao falar-nos das características da colonização portuguesa, atribui-lhe uma «fisionomia mercantil, quase semita»⁽²⁸⁾.

Entretanto, esta expansão pacífica e comercial dos portugueses, tão bem definida pelo grande historiador brasileiro, deve ser entendida como uma dominante, o que não quer dizer que não tenham existido acções com dominantes não ortodoxas... Basta que nos lembremos de Duarte Pacheco Pereira ou D. João de Castro na Índia...

Herculano ainda escreve «descobrimientos e conquistas»: «Nem descobrimientos, nem conquistas (...) nos podem ensinar hoje a sabedoria social.» Antero escreve uma vez «conquistas longínquas», e depois pura e simplesmente «conquistas». Algumas vezes, raras, em vez de «descobrimientos», emprega o galicismo «descobertas»⁽²⁹⁾. Galicismo que, acompanhado de outros, como por exemplo *Renascença*⁽³⁰⁾, fez o seu caminho até aos nossos dias.

Vejamos, para terminar este parágrafo, dois textos de Antero, das *Causas da decadência dos povos peninsulares...*:

«A Austrália tem feito em menos de 100 anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravatura! Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios! Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual — o tra-

(27) *Ibid.*, 5.ª ed., p. 67.

(28) *Ibid.*, p. 79.

(29) Ver dois empregos da palavra *descobertas* nas *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, pp. 99 e pp. 228-229 (*Causas da decadência... e Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa — A propósito de alguns livros recentes*). Entretanto a palavra aparece legitimamente empregada nas *Causas da decadência...*, *Prosas*, Vol. II: «descobertas intelectuais» (p. 105); «descoberta de uma grande lei científica» (p. 105).

(30) Antero escreve sistematicamente *Renascença* em vez de *Renascimento*. Encontramos este galicismo: 6 vezes nas *Causas da decadência...*, *Prosas*, Vol. II, pp. 92-95-98-100; 1 vez n' *A Morte de D. João*, *Prosas*, Vol. II, p. 266; 6 vezes nas *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa (A propósito de alguns livros recentes)*, *Prosas*, Vol. II, pp. 216-221-230-231; 3 vezes n' *A poesia na actualidade*, *Prosas*, Vol. II, pp. 315-316-317; 5 vezes nas *Casas Nobres Inglesas*, *Prosas*, Vol. II, pp. 363-373-377-378; 16 vezes em *Veneza*, *Prosas*, Vol. II, pp. 396-400-406-407-408-413-415-416; 4 vezes em *Uma edição crítica de Sá de Miranda*, *Prosas*, Vol. III, p. 60; finalmente 4 vezes nas *Prosas Dispersas*, ed organizada por Ruy Belo, ed Presença, Lisboa, 1966, pp. 157-158-159.

balho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras... Mas um fantástico idealismo perturba a alma do guerreiro: não distingue entre interesse honroso e interesse vil: só as grandes acções de esforço heróico são belas a seus olhos: para ele a indústria pacífica é só própria de mãos servis. A tradição que nos apresenta D. João de Castro, depois de uma campanha em África, retirando-se à sua quinta de Cintra, aonde se dava áquela *extranha e nova agricultura* de cortar as árvores de fruto, e plantar em lugar delas árvores silvestres, essa tradição deu-nos um perfeito símbolo do espírito guerreiro no seu desprezo pela indústria. Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo. E já que falei em D. João de Castro, direi que poucos livros têm feito tanto mal ao espírito português, como aquela biografia do herói escrita por Jacinto Freire. Jacinto Freire que era padre, que nunca vira a Índia, e que ignorava tão profundamente a política como a economia política, fez da vida e feitos de D. João de Castro, não um estudo de ciência social, mas um discurso académico, literário e muito eloquente, seguramente, mas enfático, sem crítica, e animado por um falso ideal de glória à antiga, *glória clássica*, através do qual nos faz ver continuamente as acções do seu herói. Há dois séculos que lemos todos o D. João de Castro de Jacinto Freire, e acostumámo-nos a tomar aquela fantasia de retórico pelo tipo do verdadeiro herói nacional. Falseámos com isto o nosso juízo, e a crítica de uma época importante. É preciso que se saiba que a verdadeira glória moderna não é aquela: é exactamente o contrário daquela. Uma só coisa há ali a aproveitar como exemplo: é a nobreza de alma daquele homem magnânimo: mas essa nobreza de alma deve ser aplicada pelos homens modernos a outros cometimentos, e de um modo muito diverso. Foi aquele género de heroísmo, tão apregoado por J. Freire, que nos arruinou!»⁽¹⁾.

«Como era possível, com as mãos cheias de sangue, e os corações cheios de orgulho, iniciar na civilização aqueles povos atrasados, unir por interesses e sentimentos os vencedores e os vencidos, cruzar as raças, e fundar assim, depois do domínio momentâneo da violência, o domínio duradouro e justo da superioridade moral e do progresso? As conquistas sobre as nações atrasadas por via de regra, não são justas nem injustas. Justificam-se ou condenam-se os resultados, o uso que mais tarde se faz do domínio estabelecido pela força. As conquistas romanas são hoje justificadas pela filosofia da história, porque criaram uma civilização superior áquela de que viviam os povos conquistados. A conquista da Índia pelos ingleses é justa, porque é civilizadora.

(¹) *Prosas*, Vol. II, pp. 133-134.

A conquista da Índia pelos portugueses, da América pelos espanhóis, foi injusta, porque não civilizou. Ainda quando fossem sempre vitoriosas as nossas armas, a Índia ter-nos-ia escapado, porque sistematicamente alheávamos os espíritos, aterrávamos as populações, cavávamos pelo espírito religioso e aristocrático um abismo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos. Um dos primeiros *benefícios*, que levávamos áqueles povos, foi a Inquisição: os espanhóis fizeram o mesmo na América. As religiões indígenas não eram só escarnecidas, vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O efeito moral dos trabalhos dos missionários (tantos deles santamente heróicos!) era completamente anulado por aquela ameaça constante do terror religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira! A ferocidade dos espanhóis na América é uma coisa sem nome, sem paralelo nos anais da bestialidade humana. Dois impérios florescentes desaparecem em menos de 60 anos! Em menos de 60 anos são destruídos dez milhões de homens! Dez milhões! Estes Algarismos são trágicos: não precisam de comentários. E todavia, poucas raças se têm apresentado aos conquistadores tão brandas, ingénuas, dóceis, prontas a receberem com o coração a civilização que lhes impunha com as armas! Bartolomeu de Las Casas, Bispo de Chiapa, um verdadeiro santo, protestou em vão contra aquelas atrocidades: consagrou a sua vida evangélica à causa daqueles milhões de infelizes: por duas vezes passou à Europa, para advogar solenemente a causa deles perante Carlos V. Tudo em vão! A obra da destruição era fatal: tinha de consumir-se, e consumou-se» (27).

Que vemos? Sempre a amálgama, sempre todos os povos da Península confundidos...

É assim que Antero nos fala do «nosso espírito guerreiro», d'«Esse espírito guerreiro», «... o Portugal das conquistas é esse guerreiro altivo, ...», e etc., etc., etc....

D. João de Castro e o livro de Jacinto Freire... D. João de Castro, personagem complexa, complexíssima, é visto só na aparência, é visto como o herói do cerco de Diu. O D. João de Castro real, é tudo isso, e mais o intelectual, o militante da burguesia comercial portuguesa, o autor dos *Roteiros* para a Índia, e sobretudo dessa obra com páginas verdadeiramente revolucionárias, o *Tratado da Esfera*...

Mas deixemos tudo isto para a *Conclusão* deste *Capítulo* sobre Antero, e sobretudo para mais longe ainda, para a parte final deste estudo, para a nossa *Explicação de Portugal*...

(27) *Ibid.*, pp. 134-135.

3. O Iberismo.

Vários passos da conferência sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares...* são reveladores do Iberismo de Antero de Quental.

É assim que Antero começa:

«*Como peninsular* sinto, profundamente ter de afirmar, numa assembleia de *peninsulares*, esta desalentadora evidência» (33).

«Para uma assembleia de estrangeiros não passará esta d'uma these histórica, curiosa sim para as inteligências, mas fria e indiferente para os sentimentos pessoases de cada um. Num auditório de *peninsulares*, não é porém assim» (34).

«Logo na época romana aparecem os caracteres essenciais da *raça peninsular:...*» (35).

Uma página mais, e Antero não deixa lugar a dúvidas quando escreve:

«... não é exagerada a expressão daquele poeta que nos chamou, a nós *hespanhoes*, um «povo de nobres»» (36).

Outros textos são sintomáticos do seu Iberismo:

«Quanto à Architectura, basta lembrar a Batalha e a Cathedral de Burgos,...» (37).

«Um estylo e uma literatura nova surgiu com Camões, com Cervantes, com Gil Vicente, com Sá de Miranda, com Lope de Vega, com Ferreira. Demos às escolas da Europa sábios com Miguel Servet, precursor de Harvey...» (38).

«... a Arte peninsular ergue nessa época um vôo poderoso com a architectura chamada manuelina,... e com a brilhante escola de pintura espanhola, immortalizada por artistas como Murillo, Velasquez, Ribera» (39).

(33) Ibid., p. 93 (Sublinhados nossos).

(34) Ibid. (Sublinhados nossos).

(35) Ibid., p. 95 (Sublinhados nossos).

(36) Ibid., p. 96 (Sublinhados nossos).

(37) Ibid., p. 99.

(38) Ibid., p. 100.

(39) Ibid., p. 101.

«Com um tal estado dos espíritos, o que se poderia esperar da Arte? Basta erguer os olhos para essas lugubres moles de pedra, que se chamam o Escurial e Mafra,...»⁽⁴⁰⁾.

«Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente por que se fez o monstruoso, e a construção delicada, aerea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerónimos, da Batalha, da catedral de Burgos!»⁽⁴¹⁾.

O pensamento de Antero é entretanto mais explícito em dois passos de um artigo sobre o *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins, publicado em Paris, em 1884:

«Philippe II, em réunissant le Portugal à la couronne d'Espagne, n'a donc fait que cueillir un fruit mûr. *L'histoire du Portugal aurait dû finir à cette époque-là*. La restauration nationale de 1640 a été un fait en grande partie artificiel, possible seulement par l'abatement de l'Espagne, qui avait perdu sa force d'attraction»⁽⁴²⁾.

⁽⁴⁰⁾ Ibid., p. 104.

⁽⁴¹⁾ Ibid., pp. 104-105. — Pode ver-se ainda nas *Causas da decadência...*: «Em tudo isto acompanharemos a Europa, a par do movimento geral. Numa coisa, porém, a excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações. As descobertas, que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, inaugurado pelo nosso Infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres,...» (p. 99). — «Viu-se de quanto era capaz a inteligência e a energia peninsulares. Por isso a Europa tinha os olhos em nós, e na Europa a nossa influência nacional era das que mais pesavam. Contava-se para tudo com Portugal e Espanha» (p. 99). — «Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhámo-lo, com efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fosse também duradoiro e profícuo. Como foi que o movimento regenerador da Renascença tão bem preparado, abortou entre nós, mostrá-lo-ei logo com factos decisivos. Esse movimento só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconhecaram-no, ou combateram-no. Houve, porém, uma primeira geração, que respondeu ao chamamento da Renascença: e em quanto essa geração ocupou a cena, isto é, até ao meado do século XVI, a Península conservou-se à altura daquela época extraordinária de criação e liberdade de pensamento. A renovação dos estudos, recebeu-a nas suas Universidades novas ou reformadas, aonde se explicavam os grandes monumentos literários da antiguidade, muitas vezes na própria língua dos originais. Entre as 43 Universidades estabelecidas na Europa durante o século XIV, 14 foram fundadas pelos reis de Espanha» (p. 100). — «Fora da pátria guerreiros ilustres mostravam ao mundo que o valor dos povos peninsulares não era inferior à sua inteligência. Se as causas da nossa decadência existiam já latentes, nenhum olhar podia ainda então descobri-las: a glória, e uma glória merecida, só dava lugar à admiração» (p. 102). — «Façamos notar, em primeiro lugar, a referência ao Infante D. Henrique e à Escola de Sagres, na tradicional linha de uma *História dos Descobrimientos* anterior ao seu verdadeiro começo, com Jaime Cortesão, António Sérgio, Duarte Leite, Veiga Simões, Armando Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho... e etc., etc. — Depois, fala-se da inteligência e da energia peninsulares. E a seguir, das 14 Universidades fundadas pelos reis de Espanha. — Finalmente, dos povos peninsulares

⁽⁴²⁾ *Prosas*, Vol. III, Lisboa, 1946, p. 8 (*Le Portugal Contemporain* — Oliveira Martins — Publicado na *Revue Universelle et Internationale*, Paris, 1884. Reproduzido no *Opúsculo* intitulado Oliveira Martins, Lisboa, 1894). Sublinhados nossos.

«Le nouveau Portugal, qui commence à cette date-là, n'a rien de l'autre, rien de sa force noble, de son hardi génie. Ce n'est qu'un triste bâtard, un être malingre et malvenu, le produit artificiel de la diplomatie, que son grand ami, l'Anglais hérétique, protège, rudoye, amuse et exploite. De sa seule force, il ne tiendrait pas debout: il est donc juste qu'il paye celui qui le soutient. Il le payera des restes de son noble héritage, de ses colonies, qui s'en iront l'une après l'autre grossir l'empire de la nouvelle reine des mers; il le payera encore en traités de commerce, qui le ruineront au profit de son loyal protecteur. *Cela s'appella la glorieuse restauration portugaise de 1640 — oeuvre néfaste entre toutes, qui démembra l'Espagne et compromit pour des siècles, peut — être pour toujours, l'avenir de la péninsule ibérique*» (43).

Finalmente, no seu estudo *Portugal perante a Revolução de Espanha...*, Antero dá-nos a última palavra sobre o seu Iberismo. Iberismo que culmina na *federação-republicana-democrática*, na *república democrática e federal...*:

«... Portugal, membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península Ibérica, vivendo desde então uma vida particular, estreita talvez mas sua e original, e tão apartado do movimento dos outros povos espanhóis como se fosse a fronteira, que deles o separa um insondável oceano...» (44).

«Para toda a península não há hoje senão uma única política possível a da *federação-republicana-democrática*. E, em face desta formidável unidade de interesses, de ideias, de vontades, e de aspirações, que podem as *barreiras da nacionalidade* significar mais do que uma tradição, um símbolo poético, cujo sentido se perde de dia para dia, até se tornar de todo incompreensível, até desaparecer? Moralmente essas barreiras caíram já. Para as consciências mais rectas, para as inteligências mais seguras dos dois povos, unidas nos mesmos desejos e num pensamento comum, a nacionalidade não passa de um obstáculo desgraçado, resto das hostilidades fatais de séculos bárbaros, e que só por um lamentável acordo dos interesses da minoria dominante e dos prejuízos da multidão ininteligente se tem podido sustentar. Mas esse acordo desfez-se. *O irresistível movimento democrático da nossa sociedade vai tornar inevitável a queda da nacionalidade*, nas opiniões, a princípio, e mais tarde nos factos, no grande dia do *abraço fraternal das populações da Península Ibérica*. A revolução social é idêntica para os dois povos: idêntica, para os dois povos, deve ser a revolução política» (45).

(43) Ibid.

(44) *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, pp. 66-67 (*Portugal perante a Revolução de Espanha...*). Sublinhados nossos.

(45) Ibid., pp. 77-78. Sublinhados nossos

«Mas, perturbado o desenvolvimento lógico da revolução pela ignorância, a pusilanimidade, ou a intriga, como nenhum governo estável, além da federação, se pode estabelecer em Espanha a violenta anarquia, que se seguir, será ao mesmo tempo uma prova irrefutável, ainda que indirecta, da verdade do programa que traçámos à revolução, e um sinal para *todos os homens* inteligentes, sinceros, e corajosos *se unirem, sem distinção de nacionalidade, em volta da bandeira da república democrática e federal*»⁽⁴⁶⁾.

«Em qualquer dos casos, para todos os elementos moços, inteligentes, activos da sociedade portuguesa, não há outra saída aberta senão esta: *a democracia ibérica*; nem outra política capaz de ideias, de futuro e de grandeza, possível em Portugal, senão esta: *a política do iberismo*»⁽⁴⁷⁾.

«Se não é possível sermos justos, fortes, nobres, inteligentes, senão deixando cair nos abismos da história essa coisa a que já se chamou *nação portuguesa*, caia a nação, mas sejamos aquilo para que nos criou a natureza, sejamos inteligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens *muito embora deixemos de ser portugueses*. Uma nação moribunda é uma coisa poética: infelizmente a melhor poesia, em política, não passa de uma política medíocre. Chorar, recordar-se, ou ameaçar em sonoros versos, pode ser extremamente sentimental: mas não adianta uma plegada os nossos negócios... Eu, por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-hei de afirmar aos patriotas portugueses esta verdade de simples bom senso: que, nas nossas actuais circunstâncias, o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*»⁽⁴⁸⁾.

(46) Ibid., p. 78. Sublinhados nossos.

(47) Ibid., p. 79. Sublinhados nossos.

(48) Ibid., p. 82. Sublinhados nossos. — Podem ver-se ainda mais dois textos de Antero bem significativos do seu Iberismo: «Para nós uma Revista tem ainda um carácter e uma utilidade especial: Se os espanhóis e os portugueses formam de há muito duas nações distintas, tivemos todavia sempre na organização filosófica e sentimental de seus espíritos, na fisionomia das suas literaturas, no carácter dos seus actos, a afinidade que lhes deu a origem comum de raças e a acção, também igual para ambos os povos, do clima da península hispânica» (*Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, pp. 273-274 — *Programa da «Revista Ocidental»*); «O que diz Camões a quem, depois de o ter lido com olhos de homem de gosto, o relê com olhos de filósofo? Camões, responde o sr. Oliveira Martins, diz-nos o segredo da nacionalidade portuguesa. *Houve, com efeito, uma nacionalidade portuguesa — por mais estranha que esta afirmação nos pareça, a nós, portugueses do século XIX, que não atinamos a encontrar no presente uma causa vivendi — houve uma razão de ser tanto para as instituições como para os indivíduos, e uma ideia nacional, espalhada como a alma colectiva por todo este corpo, então vivo e ágil* (Sublinhados nossos) (*Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d., p. 226 — *Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa — A propósito de alguns livros recentes*).

Antero diz-se *peninsular*. Fala de *assembleias de peninsulares*. De *auditórios de peninsulares*. Fala da *inteligência e da energia peninsulares*. Fala da *raça peninsular*.

Antero escreve *nós espanhóis*.

Antero fala da Batalha e da Catedral de Burgos. Fala do Escorial e de Mafra. Fala dos Jerónimos e da Batalha juntamente com a Catedral de Burgos. Fala da arquitectura manuelina juntamente com Murillo, Velasquez, Ribera. Fala de Camões e Cervantes; Gil Vicente, Sá de Miranda, Lope de Vega; fala de Miguel Servet como se se tratasse de um português.

Antero diz-nos que Filipe II, em 1580, nada mais fez do que colheu um fruto maduro. Para Antero a história de Portugal devia ter terminado nessa data, pois a Restauração, em 1640, foi um facto em grande parte artificial. É que, para Antero, o novo Portugal que começa em 1640 não é mais do que um produto dos interesses da Inglaterra nas colónias portuguesas. E por isso chama à Restauração de 1640 uma obra nefasta porque desmembrou a Espanha e compreendeu, talvez para sempre, o futuro da Península Ibérica. Para Antero, Portugal é «um membro amputado desnecessariamente... da Península Ibérica...».

Em consequência de tudo isto, Antero propõe a *federação-republicana-democrática*, afirmando-nos que as barreiras da nacionalidade nada podem perante a unidade de interesses, de ideias, de vontades, e de aspirações, pois as nacionalidades não passam de «um obstáculo desgraçado, resto das hostilidades... de séculos bárbaros», que só se sustentam «por um lamentável acordo dos interesses da minoria dominante e dos prejuízos da multidão ininteligente...». Ora, segundo Antero, esse acordo desfez-se: «o irresistível movimento democrático da nossa sociedade vai tornar inevitável a queda da nacionalidade», chegando «o grande dia do abraço fraternal das populações da Península Ibérica». A revolução social e a revolução política são idênticas para os dois povos.

Assim «todos os homens» se unirão «sem distinção de nacionalidade, em volta da bandeira da república democrática e federal».

Assim teremos «a democracia ibérica», pois a grandeza futura de Portugal está na «política do iberismo».

Finalmente, e em consequência, Antero propõe que se deixe «cair nos abismos da história essa coisa a que se chamou *nação portuguesa*, pois para que sejamos inteligentes, nobres, fortes, justos, teremos que deixar de ser portugueses». A concluir, Antero diz-nos que «o único acto possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a nacionalidade».

4. Antero e António Sérgio.

Tal como Antero acusa, nas três *Causas da decadência...*, a influência, mais consciente ou menos consciente, da obra de Alexandre Herculano, também, parece-nos, a obra de ensaísta da *História de Portugal* de António

Sérgio não nos parece acusar menos a influência, mais consciente ou menos consciente, da obra de Antero.

Assim é, parece-nos, se nos lembrarmos de dois dos mais importantes ensaios de António Sérgio: *As duas políticas nacionais* ⁽⁴⁹⁾ e *O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal* ⁽⁵⁰⁾.

Certas ideias, ou melhor, a ideia-chave do ensaio de António Sérgio, *As duas políticas nacionais*, encontramos-na nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...* e ainda noutros textos das *Prosas* de Antero.

Vejamos alguns passos das *Causas da decadência...*:

«Ora, a *liberdade moral*, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do Catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus; a *classe média*, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do Absolutismo, esteiado na aristocracia e só em proveito dela governando; a *indústria*, finalmente, é o oposto do Espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio» ⁽⁵¹⁾.

Deste passo, relativamente ao assunto deste parágrafo, destacamos as últimas palavras: «a *indústria*, finalmente, é o oposto do Espírito de conquista, antipático ao trabalho e ao comércio».

Depois, nas *Causas da decadência...* Antero cita o caso da Inglaterra a propósito de um ensinamento de Adam Smith:

«O capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias» ⁽⁵²⁾.

E em contraste com o caso da Inglaterra, Antero escreve:

«Pelo contrário, nós, portugueses e espanhóis, que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente, e esses desertos da Beira, do Alentejo, da Estremadura espanhola, das Castelas, a onde se não encontra uma árvore, um animal doméstico, uma face humana!» ⁽⁵³⁾.

⁽⁴⁹⁾ *Ensaíos*, Tomo II, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, s/d.

⁽⁵⁰⁾ *Ibid.*

⁽⁵¹⁾ *Prosas*, Vol. II., Lisboa, s/d, pp. 108-109.

⁽⁵²⁾ *Ibid.*, p. 129.

⁽⁵³⁾ *Ibid.*

E ainda:

«Um exemplo, o da agricultura portuguesa antes e depois do século XVI, porá em evidência, com factos significativos, essa influência perniciosa do espirito de conquista no mundo económico»⁽⁵⁴⁾.

Duas páginas mais, e Antero continua:

«Com estes elementos o que se poderia esperar da indústria? Uma decadência total. Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho productivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros! Importavamos tudo: de Itália, sedas, veludos, brocados, massas; da Alemanha, vidro; da França, panos; da Inglaterra e Holanda, cereais, lãs, tecidos. — Havia então uma única indústria nacional... a Índia! Vae-se à Índia buscar um nome e uma fortuna, e volta-se para gozar, dissipar estérilmente. A vida concentra-se na capital. Os nobres deixam os campos, os solares dos seus maiores, aonde viviam em certa comunhão com o povo, e veem para a Côte brilhar, ostentar... e mendigar nobremente. O fidalgo faz-se cortesão: o homem do povo, não podendo já ser trabalhador, faz-se laçao: a libré é o selo da sua decadência. A criadagem de uma casa nobre era um verdadeiro estado. O luxo da nobreza tinha alguma coisa de oriental. (...) Lisboa era uma capital de fidalgos ociosos, de plebeus, mendigos, e de rufiões»⁽⁵⁵⁾.

É ainda nas *Causas da decadência dos povos peninsulares...* que Antero escreve:

«Dado o catolicismo absoluto, era impossível que se lhe não seguisse, deduzindo-se dele, o absolutismo monárquico. Dado o absolutismo, vinha necessariamente o espirito aristocrático, com o seu cortejo de privilégios, de injustiças, com o predomínio das tendências guerreiras sobre as industriais. — Os erros políticos e económicos saiam daqui naturalmente; e de tudo isto pela transgressão das leis da vida social, saia naturalmente também a decadência sob todas as suas formas»⁽⁵⁶⁾.

«Se a velha monarquia desapareceu, conservou-se o velho espirito monárquico: é quanto basta para não estarmos muito melhor do que nossos avós. Finalmente, do espirito guerreiro da nação conquistadora, herdámos um invencível horror ao trabalho e um íntimo desprezo pela

(54) *Ibid.*

(55) *Ibid.*, pp. 131-132.

(56) *Ibid.*, p. 136.

indústria. Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um *emprego*: o que não podem, sem indignidade, é *trabalhar!* Uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia. Por isso as melhores indústrias nacionais estão nas mãos dos estrangeiros, que com elas se enriquecem, e se riem das nossas pretenções. Contra o trabalho manual, sobre tudo, é que é universal o preconceito: parece-nos um símbolo servil! Por' ele sobem as classes democráticas em todo o mundo, e se engrandecem as nações; nós preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores. É o fruto que colhemos de uma educação secular de tradições guerreiras e enfáticas! Dessa educação, que a nós mesmos démos durante três séculos, provêm todos os nossos males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados do nosso solo: rebentam sob a forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos êrros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história»⁽⁵⁷⁾.

Para além das *Causas da decadência...*, encontramos ainda breves textos em que o pensamento de Antero é tão ou ainda mais claro do que nos passos citados. Assim, em texto de Paris, de 1884:

«En 1850, après la catastrophe d'Alcacer-Kibir, le Portugal était réellement mort. L'oeuvre féconde et glorieuse de sa vie historique était accomplie; mais l'ouvrier heroique gisait exténué. L'application en grand, pendant trois quarts de siècle, d'un faux système d'exploitation coloniale avait ruiné le pays et troublé profondément sa constitution sociale:...»⁽⁵⁸⁾.

E finalmente, sobre este ponto, duas breves linhas que nos dão a ideia mestra que havia de vir a ser a ideia mestra de António Sérgio n'*As duas políticas nacionais*, a política de transporte por oposição à política de fixação:

«Ora nós consumimos as grandes riquezas conquistadas, sem as fixar na indústria: por isso caímos na pobreza, de que ainda não nos levantámos,...»⁽⁵⁹⁾.

Vejam agora dois textos de Antero das *Causas da decadência dos povos peninsulares...* que bem podem ter sido o motor do célebre ensaio

⁽⁵⁷⁾ Ibid., pp. 137-138.

⁽⁵⁸⁾ *Prosas*, Vol. III, Lisboa, 1946, pp. 7-8. Sublinhados nossos. (*Le Portugal Contemporain* — Oliveira Martins — Publicado in *Revue Universelle et Internationale*, Paris, 1884 — Reproduzido no opúsculo *Oliveira Martins*, Lisboa, 1894.)

⁽⁵⁹⁾ *Prosas*, Vol. II, Lisboa, s/d, p. 158 (*Resposta aos jornais católicos*).

de António Sérgio sobre *O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal*:

«No meio dessa pobreza e dessa atonia, o espírito nacional desanimado e sem estímulo, devia cair naturalmente num estado de torpor e de indiferença. É o que nos mostra claramente esse salto mortal dado pela inteligência dos povos peninsulares, passando pela Renascença para os séculos XVII e XVIII. A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribu vulgar dos eruditos sem crítica, dos académicos, dos imitadores. Saimos de uma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre; entramos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação estéril, falsa, e artificialmente provocada do Gongorismo, depois da afectação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal; inventar, considera-se um perigo e uma inferioridade; uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica, e o poema herói-cómico, isto é, a afectação e a degradação da poesia»⁽⁶⁾.

«Essa morte moral não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira também, invadira sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna; não saíu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a Anatomia, a Fisiologia, a Química, a Mecânica Celeste, o Cálculo Diferencial, a Crítica Histórica, a Geologia; aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Bufon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico — onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga à descoberta

(6) *Ibid.*, pp. 103-104. (*Causas da decadência...*).

de uma grande lei científica, de um sistema, de um facto capital? A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu sobretudo pela ciência; foi sobretudo pela falta de ciência que nós descêmos, que nos degradámos, que nos anulámos. A alma moderna morrera dentro em nós completamente» (4).

Joaquim Barradas de Carvalho
Professor da Faculdade
de Letras da Universidade de Lisboa

(4) *Ibid.*, p. 105. (*Ibid.*).